

REQUERIMENTO Nº ____ DE 2015
(Do Sr. Deputado JOSÉ FOGAÇA)

*Solicito a realização de audiência pública,
para o debate da constitucionalidade e
adequação do PL 215/2015.*

Senhor Presidente,

Trata-se de projeto de lei de autoria do Deputado Hildo Rocha, que apensa outros dois PLs, 1547/2015 e 1589/2015, de autoria dos Deputados Expedito Netto e Soraya Santos, respectivamente, com foco nos crimes contra a honra praticados com o emprego de equipamento, aparelho, dispositivo ou outro meio necessário à realização de telecomunicação, ou por aplicação de internet. O PL altera diferentes legislações, abarcando o Código Penal, o Código de Processo Penal e o Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014).

As alterações propostas no projeto geram efeitos contundentes em direitos fundamentais garantidos em nossa Constituição, como o direito à privacidade e a liberdade de expressão. Se por um lado, a calúnia, a injúria e a difamação se constituem como crimes em nosso ordenamento jurídico, por outro, a repressão desproporcional afeta gravemente a livre manifestação e o acesso a informações relevantes ao interesse público, pilares de um Estado democrático. Ao mesmo tempo, a investigação e penalização de ilícitos cometidos por meio da Internet devem estar em equilíbrio com o direito à privacidade e com a proteção de dados pessoais, por força, inclusive, do que estabelece o art. 5º, XII, da Constituição Federal de 1988.

A complexidade do tema suscitou a preocupação e a manifestação de diferentes organizações da sociedade civil em nota pública recentemente divulgada e em textos publicados em veículos de comunicação. Além de tal complexidade e do fato de estar diretamente relacionado a direitos fundamentais, o PL 215/2015 não passará por mais nenhuma comissão da Câmara. Após apreciação da CCJC, será enviado diretamente ao plenário dessa Casa, o que reforça a responsabilidade dessa Comissão na avaliação da matéria.

Por essa razão, solicito a realização de audiência pública, para que os membros da CCJC possam aprofundar o debate antes de uma decisão final quanto à constitucionalidade e adequação do PL 215/2015.

Lista de convidados para a audiência:

Márcio Freitas Filho – Ministério da Justiça (governo)

Demi Getschko – Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) (representante de notório saber da comunidade técnica)

Ronaldo Lemos – Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio de Janeiro (academia)

Marcel Leonardi – Google (setor privado – empresarial)

Veridiana Alimonti – Articulação “Marco Civil Já” (sociedade civil)

Carlos Eduardo Miguel Sobral – Unidade de Repressão a Crimes Cibernéticos da Polícia Federal

Neide Cardoso de Oliveira – Ministério Público Federal (judiciário)

Deputado José Fogaça